



2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50

Ata da primeira sessão da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) do Sistema Conselhos de Psicologia, iniciada às dez horas e trinta e três minutos, do dia quatorze de dezembro de dois mil e treze, convocada na forma que dispõe o Regimento Interno da APAF, na sede do Conselho Federal de Psicologia, em Brasília - Distrito Federal. O Presidente em exercício Aluizio Brito saudou a todos e justificou a ausência do Presidente do CFP Humberto Verona, que está de licença médica. Explicou que a partir do dia dezesseis de dezembro o CFP passará por um período de gestão híbrida, pois a nova gestão tomará posse neste dia quatorze de dezembro de dois mil e treze, às vinte horas, porém, só assumirá a direção do CFP a partir do dia vinte de dezembro de dois mil e treze, devido aos tramites jurídicos, bancários e cartorários. Portanto, assim que forem concluídos os tramites, o CFP enviará um email informando a todos sobre a efetividade do processo de transição. Participaram desta sessão as seguintes delegações: Aluizio Lopes de Brito, Deise Maria do Nascimento e Monalisa N. dos Santos Barros, delegados do CFP; Sandra Maria Francisco de Amorim e Ana Luíza de Souza Castro, suplentes do CFP; Cynthia R. Correa Araujo Ciarallo e Sueli Francisca Vieira, delegadas do CRP 01; Ingrid Pereira Quintão e Edmar Carrusca de Oliveira, suplentes do CRP 01; José Hermes de Azevedo Junior e Murilo Tolêdo Calafange, delegados do CRP 02; Liliane Alves da Luz Teles e Clarissa Paranhos Guedes, delegadas do CRP 03; Victor Brandão Ribeiro, suplente do CRP 03; Roberto Chateaubriand Domingues, Marília de Oliveira e Ricardo Moretzsohn, delegados do CRP 04; Elaine M. do C.Z. Dias de Souza e Marisa Estela Sanabria Bourman, suplentes do CRP 04; José Novaes, Alexandre Trzan Avila e Janne Calhau Mourão, delegados do CRP 05; Cristiano Rodrigues de Freitas e Maria da Conceição Nascimento, suplentes do CRP 05; Elisa Zaneratto Rosa, Adriana Eiko Matsumoto e Graça Maria de Carvalho Camara, delegadas do CRP 06; Luis Fernando de Oliveira Saraiva e Sandra Elena Sposito, suplentes do CRP 06; Alexandra Maria Campelo Ximendes, Zuleika Kohler Gonzales e Ligia Hecker Ferreira, delegadas do CRP 07; Cristiane Bens Pegoraro e Anderson Laurindo da Silva Comin, suplentes do CRP 07; Cleia Oliveira Cunha, Maria Stella Aguiar Ribeiro e Guilherme Bertassoni da Silva, delegados do CRP 08; Liliane Ocalxuk e Rosangela Maria Martins, suplentes do CRP 08; Wadson Arantes Gama e Gerley Lopes Cardoso, delegados do CRP 09; Sandra Valéria Nogueira Alves Silva e Eriko Netto de Lima, suplentes do CRP 09; jureuda Duarte Guerra, delegada do CRP 10; José Maria de Abreu Mattos Neto e Maria Eunice Figueiredo Guedes, suplentes do CRP 10; Elton Alves Gurgel e Luana Leão Cunha, delegados do CRP 11; Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Fabrício Antonio Raupp, delegados do CRP 12; Anderson Luis Schuck e Igor Schutz dos Santos, suplentes do CRP 12; Ana Sandra Fernandes e Helga Hofmann, delegadas do CRP 13; Norma Celiane Cosmo, delegada do CRP 14; Renan da Cunha Junior e Irma Macário, suplentes do CRP 14; José Félix Vilanova Barros e Nilo Rosalvo Calheiros Borba, delegados do CRP 15; Hildicéia dos Santos Affonso, delegada do CRP 16; Cleilson Teobaldó dos Reis, suplente do CRP 16; Rodrigo Costa de Oliveira, delegado do CRP 17; Danielle Cristine Araujo de Andrade, suplente do CRP 17; Luiz Guilherme Araujo Gomes, delegado do CRP 18; Marisa Helena Alves, suplente do CRP 18; Adriano Ferreira Barros, delegado do CRP 19; Alberto de Jesus Orge Rocha, suplente do CRP 19; Gibson Alves dos Santos e Magaly Silva de Oliveira, delegadas do CRP 20; Ilmar Costa Lima, suplente do CRP 20; Palônia Andrade Arrais, delegada do CRP 21; Hivana Raelcia Rosa da Fonseca, suplente CRP 21; Nelma Pereira da Silva, delegada CRP 22; Moara de Oliveira Gamba, suplente do CRP 22; Tássio de Oliveira Soares, delegado do CRP 23, Eduardo Fagner Machado de Pinho, suplente do CRP 23. Aluizio explicou como se dava a escolha da mesa diretora para conduzir os trabalhos pelos dois dias de

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like 'Aluizio', 'Deise', 'Monalisa', 'Sandra', 'Cynthia', 'Ingrid', 'José', 'Murilo', 'Liliane', 'Clarissa', 'Victor', 'Roberto', 'Elaine', 'Marisa', 'José', 'Alexandre', 'Janne', 'Cristiano', 'Maria', 'Elisa', 'Adriana', 'Graça', 'Luis', 'Alexandra', 'Zuleika', 'Ligia', 'Cristiane', 'Anderson', 'Cleia', 'Maria', 'Guilherme', 'Liliane', 'Rosangela', 'Wadson', 'Sandra', 'Valéria', 'Eriko', 'jureuda', 'José', 'Maria', 'Neto', 'Eunice', 'Elton', 'Luana', 'Jaira', 'Fabrício', 'Anderson', 'Igor', 'Ana', 'Helga', 'Norma', 'Renan', 'Irma', 'José', 'Nilo', 'Hildicéia', 'Cleilson', 'Danielle', 'Rodrigo', 'Luiz', 'Danielle', 'Luiz', 'Adriano', 'Marisa', 'Alberto', 'Gibson', 'Magaly', 'Ilmar', 'Palônia', 'Hivana', 'Nelma', 'Moara', 'Tássio', 'Eduardo']

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures]

assembleia. Após sugestões, definiram as delegações que comporiam a mesa diretora da APAF da seguinte forma: sábado, CFP e CRPs 04 e 05 e no domingo, CFP e CRPs 06 e 07. Para o sábado, dia quatorze, a mesa foi composta pelos seguintes delegados: representando o CFP, o delegado Aluizio Lopes de Brito, representando o CRP-04, foi designado o delegado Roberto Chateaubriand Domingues e representando o CRP-05, a delegada Jane Calhau Mourão. O delegado Aluizio Brito informou que foram acrescentados na pauta vários pontos definidos no dia anterior, nas reuniões de Presidentes e Tesoureiros e questionou se haveria algum novo ponto. A delegada do CRP-03 Liliane Alves da Luz Teles solicitou que fosse acrescentado na pauta, o ponto "Regime Jurídico Único - RJU, dos funcionários do Sistema Conselhos, da transposição do regime celetista para regime jurídico único", e foi atendida. O delegado Aluizio então explicou que a cada início de discussão de novo ponto é necessária a conferência das delegações, pois os delegados e suplentes podem se revezar nas discussões. Em seguida, conferiu a delegação para o primeiro ponto. **1. APRECIACÃO DA ATA DA APAF DE MAIO DE 2013.** Participaram do ponto: CFP: Aluizio Lopes de Brito, Monalisa Nascimento dos Santos Barros e Deise Maria do Nascimento; CRP-01: Cynthia Rejane Correa Araujo Ciarallo e Sueli Francisca Vieira; CRP-02: José Hermes de Azevedo Junior e Murilo Tolêdo Calafange; CRP-03: Clarissa Paranhos Guedes e Liliane Alves da Luz Teles; CRP-04: Ricardo Figueiredo Moretzsohn, Marília de Oliveira e Roberto Chateaubriand Domingues; CRP-05: José Novaes, Alexandre Trzan Ávila e Jane Calhau Mourão; CRP-06: Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Adriana Eiko Matsumoto e Graça Maria de Carvalho Camara; CRP-07: Alexandra Maria Campelo Ximendes, Zuleika Kohler Gonzales e Lígia Hecker Ferreira; CRP-08: Guilherme Bertassoni da Silva, Cléia Oliveira Cunha e Maria Stella Aguiar Ribeiro; CRP-09: Gerley Lopes Cardoso e Wadson Arantes Gama; CRP-10: Jureuda Duarte Guerra; CRP-11: Elton Alves Gurgel e Luana Leão Cunha; CRP-12: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Fabricio Antonio Raupp; CRP-13: Ana Sandra Fernandes e Helga Hofmann; CRP-14: Renan da Cunha Junior; CRP-15: José Felix Vilanova Barros e Nilo Rosalvo Calheiros Borba; CRP-16: Hildicéia dos Santos Affonso; CRP-17: Rodrigo Costa de Oliveira; CRP-18: Luiz Guilherme Araújo Gomes; CRP-19: Adriano Ferreira Barros; CRP-20: Magaly Silva de Oliveira e Gibson Alves dos Santos; CRP-21: Palônia Andrade Arrais; CRP-22: Nelma Pereira da Silva; CRP-23: não participou do ponto. Foi dada a palavra à delegada do CFP, Deise Maria do Nascimento, que explicou que a ata é enviada anteriormente para que todos façam as correções que julgarem necessárias, portanto, não é realizada a leitura de inteiro teor da mesma, ou seja, é feita uma análise, página por página, e onde houver erro deverá ser apontado no momento da leitura, para correção. Iniciou então a leitura da ATA da APAF de maio de 2013, para posterior aprovação. Após leitura, houve somente uma correção a ser feita em toda a extensão da Ata, que seria a correção do nome da Conselheira do CRP-03, Emmila Di Paula Carvalho dos Santos. As delegações dos CRPs 11 e 15 justificaram que iriam se abster, devido não estarem presentes na APAF de maio de dois mil e treze e não ter tido comunicação com a gestão passada sobre o teor da mesma. Posta em votação a Ata foi aprovada pela maioria, com abstenções dos CRPs 02, 07, 08, 11, 15 e 20. O ponto foi encerrado e passou-se à discussão dos Pontos Financeiros. **2. PONTOS FINANCEIROS. 2.1. APRECIACÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO CFP PARA O EXERCÍCIO DE 2014** - Participaram do ponto: CFP: Aluizio Lopes de Brito, Monalisa Nascimento dos Santos Barros e Deise Maria do Nascimento; CRP-01: Cynthia Rejane Correa Araujo Ciarallo e Sueli Francisca Vieira; CRP-02: José Hermes de Azevedo Junior e Murilo Tolêdo Calafange; CRP-03: Clarissa Paranhos Guedes e Liliane Alves da Luz Teles; CRP-04: Ricardo Figueiredo Moretzsohn, Marília



de Oliveira e Roberto Chateaubriand Domingues; CRP-05: José Novaes, Alexandre Trzan Ávila e Jane Calhau Mourão; CRP:06: Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Adriana Eiko Matsumoto e Graça Maria de Carvalho Camara; CRP-07: Alexandra Maria Campelo Ximendes, Zuleika Kohler Gonzales e Lígia Hecker Ferreira; CRP-08: Guilherme Bertassoni da Silva, Cléia Oliveira Cunha e Maria Stella Aguiar Ribeiro; CRP-09: Gerley Lopes Cardoso e Ériko Netto de Lima; CRP-10: Jureuda Duarte Guerra; CRP-11: Elton Alves Gurgel e Luana Leão Cunha; CRP-12: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Fabricio Antonio Raupp; CRP-13: Ana-Sandra Fernandes e Helga Hofmann; CRP-14: Renan da Cunha Junior; CRP-15: José Felix-Vilanova Barros e Nilo Rosalvo Calheiros Borba; CRP-16: Cleilson Teobaldo dos Reis; CRP-17: Danielle Cristine Araujo de Andrade; CRP-18: Marisa Helena Alves; CRP-19: Alberto de Jesus Orge Rocha; CRP-20: Magaly Silva de Oliveira e Gibson Alves dos Santos; CRP-21: Hivana Raelcia Rosa da Fonseca; CRP-22: Moara de Oliveira Gamba; CRP-23: Eduardo Fagner Machado de Pinho. Após conferência das delegações, foi passada a palavra para a delegada do CFP Monalisa Barros, que explicou que na reunião de Tesoureiros, realizada no dia anterior, foi solicitada a inclusão de novos pontos, os quais foram incluídos na pauta, porém, os mesmos seriam discutidos no final e iriam iniciar a discussão dos pontos previstos anteriormente na pauta. Explanou que foi acordado com a nova gestão, na reunião de transição, que seria feita uma proposição orçamentária para 2014 de forma que no item "ações políticas" não houvesse nenhuma ação discriminada, e sim o total de receita destinada a essas ações, para que no planejamento estratégico de 2014, a nova gestão do CFP possa definir onde e como serão gastos esse montante. Portanto, a proposta que estava sendo apresentada neste momento era composta por ações administrativas funcionais, estando todas elas discriminadas e as demais ações serão incluídas na proposta do montante. Explicou ainda, que o orçamento foi elaborado tendo como base a previsão orçamentária dos CRPs para o ano de 2014. Que a formação da Receita de Contribuições foi baseada na deliberação do Plenário do Conselho Federal que aprovou a previsão orçamentária dos Conselhos Regionais, e que o Conselho Federal confeccionou o seu orçamento utilizando o percentual de 25% sobre as Receitas das Anuidades, Receitas de Exercícios Anteriores, Receitas de Serviços e Outras Receitas Correntes. Explicou que a Receita Patrimonial foi projetada sobre as Receitas de Contribuições e a Receita de Capital com base nos dados dos orçamentos dos Conselhos Regionais. A delegada Monalisa informou que o total de receita para o ano de 2014 previsto é de R\$ 22.971.460,84, sendo distribuídos da seguinte forma: Cota parte R\$16.862.093,36; Receita patrimonial que é o rendimento da poupança, R\$ 102.000,00; Receita de capital, devolução de empréstimos R\$ 136.850,00; outras receitas, serviços diversos, R\$ 70.000,00; a Cota Revista, com R\$ 4.276.194,37, que é uma conta diversa do Conselho Federal, utilizada para ações unificadas do Sistema, e sua utilização não é definida pela plenária do Federal, e sim por essa APAF, e há ainda, em rendimentos de aplicações CDB deste valor da cota revista, R\$ 80.000,00; receita de capital que é a devolução dos empréstimos feitos à sede R\$ 393.000,00 e o fundo de sessões que é R\$ 1.051.323,11. A delegada Monalisa explicou ainda sobre os valores das despesas, informando que com as Ações Administrativas e Funcionais está previsto o gasto no valor de R\$10.532.300,00, distribuídos da seguinte forma: R\$7.621.000,00 gastos com recursos humanos, em salários e impostos, R\$146.000,00 gastos com material de consumo, R\$100.800,00 gastos com serviços de terceiros (pessoa física), R\$2.414.500,00 gastos com serviços de terceiros (pessoa jurídica) e R\$250.000,00 com investimentos e inversões. Com as Ações Políticas e de Gestão informou que estão previstos gastos no valor de R\$6.538.643,36, lembrando que as ações políticas não se encontram desmembradas em virtude do término da gestão do XV Plenário, estando

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]



153 sujeitas ao Planejamento Estratégico do XVI Plenário eleito. Para ajuda financeira aos
154 CRPs, estão disponibilizados o valor de R\$100.000,00. Monalisa explicou que a Conta
155 Divulgação se subdivide em duas, a Conta Divulgação I, que é utilizada para a
156 publicação das Revistas Ciência e Profissão e Diálogos, e também para os projetos
157 permanentes da Autarquia, para esta conta há previsão de R\$3.326.400,00 e para a
158 Conta Divulgação II R\$1.422.794,37, no fundo de reserva. Sobre o Fundo de
159 Manutenção de Seção, a delegada explicou que ele tem por objetivo a manutenção das
160 seções nos CRPs bem como os novos Conselhos Regionais recém desmembrados.
161 Informou que hoje há quatro seções, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá e três regionais
162 recém desmembrados que continuam a receber o fundo de seção por dois anos, sendo
163 eles: Piauí, Maranhão e Tocantins, onde são destinados o valor de R\$100.131,02 para
164 cada um, totalizando o valor de R\$700.917,12. A delegada Monalisa alertou que em
165 2016 será necessária uma revisão no percentual para a anuidade, pois serão somente
166 quatro seções, ou seja, menos três, portanto o valor precisa ser reduzido do pagamento
167 do psicólogo de forma equitativa. Para finalizar, a delegada Monalisa explicou que o
168 Fundo de Reserva de Devolução de Anuidades foi aprovado na APAF de maio de 2012,
169 com o objetivo de cobrir contingências provenientes de ações judiciais com transito em
170 julgado, para a devolução de anuidades aos profissionais requerentes. O valor da reserva
171 hoje é de R\$350.405,00. Monalisa alertou que acha pertinente rever a manutenção desse
172 fundo para 2015, posto que o número de processos hoje já não é significativo, como na
173 época em que foi criado o fundo. Explicou que o estão mantendo na previsão
174 orçamentária de 2014 porque ainda há contas a pagar. A delegada do CRP-07 Alexandra
175 Maria Campelo reafirmou que o fundo de reserva/devolução de anuidades foi criado já
176 com o combinado de ser reavaliado anualmente. Disse também que em 2014 ele será
177 necessário, e que em 2015 talvez ainda exista resquícios a pagar. O delegado do CRP-15
178 José Felix questionou sobre a forma de estabelecimento das bandas das anuidades que
179 continuam sendo mínima e máxima. A delegada do CFP Monalisa Barros explicou que
180 pela Lei 12.516 de 2012, que regula as anuidades de todos os Conselhos Profissionais
181 neste país, só pode ser estabelecido o valor máximo, a partir daí, cada regional faz sua
182 assembleia orçamentária e encaminha ao Federal o valor votado e o Federal edita uma
183 Resolução única com os 23 valores, a depender de cada assembleia orçamentária. Após
184 outras dúvidas serem sanadas, a proposta orçamentária do CFP para o exercício de 2014
185 foi posta em votação e aprovada por unanimidade.

2.2. PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CONTA DIVULGAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2013 -

185 Participaram do ponto: CFP: Aluizio Lopes de Brito, Monalisa Nascimento dos Santos
186 Barros e Deise Maria do Nascimento; CRP-01: Cynthia Rejane Correa Araujo Ciarallo
187 e Sueli Francisca Vieira; CRP-02: José Hermes de Azevedo Junior e Murilo Tolêdo
188 Calafange; CRP-03: Clarissa Paranhos Guedes e Liliane Alves da Luz Teles; CRP-04:
189 Ricardo Figueiredo Moretzsohn, Marília de Oliveira e Roberto Chateaubriand
190 Domingues; CRP-05: José Novaes, Alexandre Trzan Ávila e Jane Calhau Mourão;
191 CRP-06: Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Adriana Eiko Matsumoto e Graça Maria de
192 Carvalho Camara; CRP-07: Alexandra Maria Campelo Ximendes, Zuleika Kohler
193 Gonzales e Lígia Hecker Ferreira; CRP-08: Guilherme Bertassoni da Silva, Cléia
194 Oliveira Cunha e Maria Stella Aguiar Ribeiro; CRP-09: Gerley Lopes Cardoso e Ériko
195 Netto de Lima; CRP-10: Jureuda Duarte Guerra; CRP-11: Elton Alves Gurgel e Luana
196 Leão Cunha; CRP-12: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Fabricio Antonio Rapp;
197 CRP-13: Ana Sandra Fernandes e Helga Hofmann; CRP-14: Renan da Cunha Junior;
198 CRP-15: José Felix Vilanova Barros e Nilo Rosalvo Calheiros Borba; CRP-16: Cleilson
199 Teobaldo dos Reis; CRP-17: Danielle Cristine Araujo de Andrade; CRP-18: Marisa
200 Helena Alves; CRP-19: Alberto de Jesus Orge Rocha; CRP-20: Magaly Silva de

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

Oliveira e Gibson Alves dos Santos; CRP-21: Hivana Raelcia Rosa da Fonseca; CRP-22: Moara de Oliveira Gamba; CRP-23: Eduardo Fagner Machado de Pinho. Após conferência das delegações, foi passada a palavra para a delegada do CFP Monalisa Barros, que explicou que a Conta Divulgação é subdividida em duas rubricas conforme aprovado na APAF, a Divulgação 1, que financia ações voltadas à difusão do conhecimento da psicologia, observada a ampliação das divulgações além das existentes e a Divulgação 2 ou Fundo de Financiamento das Políticas Unificadas do Sistema Conselhos, que é composto pelo superávit da Conta Divulgação 1 e financia ações políticas conjuntas ao Sistema, aprovadas pela APAF. A delegada informou os gastos de 2013 conforme segue: saldo bancário em 31/12/2012 R\$ 1.089.563,87; receitas da conta revista R\$ 3.671.854,06; amortização de empréstimos ocorridos ao longo do ano, R\$ 198.905,98, despesas da conta divulgação I R\$ 3.421.414,54, despesas da conta divulgação II R\$ 1.056.342,75, resultado da conta revista no ano R\$ 482.566,62, disse que não há restos a pagar. Informou que o saldo bancário em 31/10/13 era de R\$ 482.566,00. Detalhou o valores das contas divulgação 1: impressão da Revista Ciência e Profissão R\$ 272.802,30, produção de embalagem dessa revista R\$ 68.008,58; postagem desta mesma revista R\$ 251.216,14; reuniões da Comissão Editorial R\$ 12.695,95. A delegada Monalisa esclareceu que ao fim da gestão a Comissão Editorial também é finalizada, portanto, é necessária a composição de uma nova comissão. Explicou que normalmente a comissão é composta por um conselheiro federal, que geralmente cuida também da Revista Ciência e Profissão e uma Comissão Editorial montada com pesquisadores *ad hoc* sugeridos pelos CRPs. Disse que por acordo feito em APAF, até o momento, a comissão é composta por pelo menos um pesquisador de cada região do Brasil e pesquisadores da região sudeste, devido a concentração de psicólogos nessa região. Alertou que como esta gestão estava sendo finalizada, os Regionais deverão indicar as sugestões de nomes para compor a nova comissão, para o próximo ano. A delegada Monalisa continuou o detalhamento sobre os gastos em 2013. Disse que no Congresso Nacional da Psicologia foram gastos R\$ 1.108.369,95 incluindo o que foi ressarcido aos Regionais para a construção dos Congressos Regionais de Psicologia - Coreps. Informou que os projetos permanentes da APAF, que são Memórias da Psicologia e a BVS-Psi, foram gastos ao longo do ano de 2013, R\$ 110.151,76; com a Revista Diálogos, impressão, correio, produção, reuniões R\$ 323.673,77. Monalisa explicou que esse ano foi enviada apenas uma revista. Dentro dos projetos aprovados pela APAF, disse que havia um projeto antigo, de digitalização de toda a memória do CFP, porém, não foi necessário a digitalização, neste ano. Com o CREPOP, foi gasto R\$1.274.526,09, totalizando ao longo de 2013 as despesas da conta Divulgação 1 em R\$3.421.414,54. Na conta Divulgação 2, Monalisa informou que foram feitos os ressarcimentos de eventos conjuntos aos CRPs no valor de R\$502.078,80, explicando que havia projetos desde 2004 que os CRPs não haviam solicitado o ressarcimento. Disse que neste ano, o CFP determinou um prazo para que esses ressarcimentos fossem solicitados e os CRs cumpriram o prazo, enviando seus projetos para ressarcimento, por isso, o valor de R\$502.078,80. Continuou Monalisa informando que para as eleições, englobando o sistema e a auditoria, foram gastos R\$385.457,92, na pesquisa da mulher R\$164.279,62 e nos produtos da 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia R\$4.526,41, totalizando R\$1.056.342,75. Após as ponderações da delegada do CFP Monalisa Barros foi aberta a discussão para esclarecimentos dos demais conselheiros. A delegada do CRP-07 Alexandra Ximendes questionou qual a estimativa de saldo bancário para o final de 2013 e a delegada do CFP Monalisa Barros esclareceu que há aproximadamente R\$550.000,00, pois ainda há uma média de entrada diária de R\$20.000,00, da cota parte, advindas das cobranças, bem

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

253 como a recobrança dos inadimplementos. A delegada destacou que se preocuparam com
254 a antecipação de todos os pagamentos deste final de ano, como pagamento de 13º dos
255 funcionários, faturas e impostos a vencer, posto que a nova gestão deliberou o
256 fechamento do CFP de 21/12/13 a 06/01/2014, deixando portanto, todas a contas, até
257 esse período, pagas. Monalisa aproveitou para esclarecer que a previsão orçamentária
258 realizada pelos regionais em 2012 para o ano de 2013 é falida, pois este ano houve
259 divergência na arrecadação para menos, e ainda destacando que houve regional que
260 arrecadou somente 54% do orçamento, significando que o orçamento previsto pelo
261 regional foi completamente inadequado, razão pela qual trouxe reflexos ao orçamento
262 do CFP. Destacou ainda que para a previsão dos regionais para 2014 há grande
263 possibilidade de ocorrer o mesmo equívoco e alerta para que os regionais cuidem e
264 monitorem a arrecadação. A delegada do CRP-07 Alexandra Ximendes destacou a
265 preocupação sobre o encerramento do conselho editorial da revista, uma vez que a
266 composição deste conselho foi um debate bastante denso e demorado, com a
267 necessidade de ter um representante por região. Disse que embora não esteja como
268 ponto específico da pauta, gostaria de destacar a importância de se manter esse acordo e
269 sugeriu a manutenção da formação desse Conselho até a APAF de maio. A delegada do
270 CFP Monalisa Barros esclareceu que havia duas comissões, uma da Revista Diálogos e
271 outra da Ciência e Profissão, porém, elas já haviam se desvinculado, pois quem
272 coordena a comissão é uma conselheira federal, que a partir de hoje deixa de ser
273 conselheira, logo, é inviável a manutenção da comissão. Afirmou ser relevante registrar
274 o encaminhamento, se for do acordo de todas as delegações que se mantenha a forma de
275 composição das Comissões. Posta em votação da prestação de contas da conta
276 divulgação referente ao exercício de 2013, foi aprovada por maioria. **2.3. REVISTA**
277 **CIÊNCIA E PROFISSÃO - CRITÉRIO PARA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO**
278 **EDITORIAL** - Após a deliberação do ponto supracitado continuaram os
279 questionamentos acerca da forma de constituição das comissões das revistas diálogos e
280 ciência e profissão, com a participação das mesmas delegações. O delegado do CRP-19
281 Alberto Orge sugeriu que a próxima comissão mantenha os indicados que já fazem parte
282 dela, somente substituindo quem não puder mais participar. O delegado do CRP-11
283 Elton Gurgel sugeriu que a discussão fosse apreciada na APAF de maio de 2014, posto
284 que existem artigos e textos aprovados que dão margem a mais de uma revista. A
285 delegada do CRP-07 Alexandra Ximendes afirmou que se preocupa com a dissolução
286 do Conselho Editorial, pois ele não faz parte da gestão do CFP e sim do Sistema
287 de Conselhos, ele é uma construção da APAF. Sugeriu então, que poderiam pensar que
288 mudaria o Conselheiro do Federal na composição, mas que os outros consultores *ad*
289 *hoc*, que definiram em APAF, poderiam continuar trabalhando. O delegado do CRP-04
290 Ricardo Moretzsohn sugeriu que seja pauta essa discussão para a APAF de maio de
291 2014, e que os Regionais façam reuniões telefônicas, por região, coordenadas pelo CFP
292 para que indiquem nomes para serem chancelados pela APAF de maio. O delegado do
293 CFP Aluizio Brito conferiu então com a assembleia, se os encaminhamentos seriam: 1.
294 Manter a Comissão Editorial aprovada em APAF, primeiramente sem a participação de
295 conselheira (o) federal até que a plenária eleita defina novo nome de conselheira (o)
296 federal para fazer o acompanhamento. 2. Os CRPs deverão indicar novos nomes (por
297 região) para a composição da Comissão Editorial em reunião telefônica coordenada pelo
298 CFP. As indicações deverão ser feitas antes da APAF de maio onde será definida a nova
299 Comissão Editorial. Postos em votação, os dois encaminhamentos foram aprovados por
300 unanimidade. Neste momento, passaram então a apreciar as indicações de novos pontos
suscitadas pela reunião de tesoureiros, realizada no dia anterior. **2.4.**
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE NEGOCIAÇÃO DE REDUÇÃO DOS



ENCARGOS LEGAIS DAS ANUIDADES ANTERIORES A 2012 – Não houve alterações nas delegações para a discussão do ponto. A delegada do CFP Monalisa Barros explanou que no ano de 2012 houve a aprovação e publicação da Resolução CFP nº14/2012, que reduzia os encargos legais no pagamento de anuidades de exercício anteriores a 2012. O prazo de vigor da Resolução seria inicialmente até 27 de agosto de 2012, porém, na APAF de maio de 2013, houve por bem prorrogar até 31 de dezembro de 2013. Monalisa explicou que havia amparo legal para essas negociações de dívidas adquiridas até o ano de 2012, e que a partir de 2012, não podem negociar o principal, ou seja, até 2012 os regionais ficam autorizados a negociarem os juros, multas e o principal, lembrando que essa decisão não obriga o Regional a negociar é somente uma opção. Monalisa esclareceu que na reunião de tesoureiros realizada no dia anterior, deliberaram pela solicitação de que a APAF reitere essa prorrogação da resolução até dezembro de 2014. Após esclarecimentos, foi posta em votação e aprovada por unanimidade a prorrogação do prazo de negociação de redução dos encargos legais das anuidades anteriores a 2012 até 31 de dezembro de 2014. O ponto foi encerrado e passou-se à discussão do Projeto de Treinamento e Seminário sobre a entrega da prestação de contas ao TCU. **2.5 PROJETO DE TREINAMENTO E SEMINÁRIO SOBRE A ENTREGA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TCU** - Participaram do ponto: CFP: Aluizio Lopes de Brito, Monalisa Nascimento dos Santos Barros e Deise Maria do Nascimento; CRP-01: Cynthia Rejane Correa Araujo Ciarallo e Sueli Francisca Vieira; CRP-02: José Hermes de Azevedo Junior e Murilo Tolêdo Calafange; CRP-03: Clarissa Paranhos Guedes e Liliane Alves da Luz Teles; CRP-04: Ricardo Figueiredo Moretzsohn, Marília de Oliveira e Roberto Chateaubriand Domingues; CRP-05: José Novaes, Alexandre Trzan Ávila e Jane Calhau Mourão; CRP-06: Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Adriana Eiko Matsumoto e Graça Maria de Carvalho Camara; CRP-07: Alexandra Maria Campelo Ximendes, Zuleika Kohler Gonzales e Lígia Hecker Ferreira; CRP-08: Guilherme Bertassoni da Silva, Cléia Oliveira Cunha e Maria Stella Aguiar Ribeiro; CRP-09: Gerley Lopes Cardoso e Ériko Netto de Lima; CRP-10: José Maria de Abreu Mattos Neto; CRP-11: Elton Alves Gurgel e Luana Leão Cunha; CRP-12: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Fabricio Antonio Raupp; CRP-13: Ana Sandra Fernandes e Helga Hofmann; CRP-14: Renan da Cunha Junior; CRP-15: José Felix Vilanova Barros e Nilo Rosalvo Calheiros Borba; CRP-16: Cleilson Teobaldo dos Reis; CRP-17: Danielle Cristine Araujo de Andrade; CRP-18: Marisa Helena Alves; CRP-19: Alberto de Jesus Orge Rocha; CRP-20: Magaly Silva de Oliveira e Gibson Alves dos Santos; CRP-21: Hivana Raelcia Rosa da Fonseca; CRP-22: Moara de Oliveira Gamba; CRP-23: Eduardo Fagner Machado de Pinho. Após conferência das delegações, foi passada a palavra para a delegada do CFP. A delegada do CFP Monalisa Barros explicou que historicamente os Conselhos Profissionais eram auditados anualmente pelo Tribunal de Contas da União - TCU, no entanto, há alguns anos o TCU tem feito essa auditoragem por amostragem. Todavia, recentemente o TCU retomou a forma antiga de trabalho e a partir de 2013 irá novamente auditar todas as prestações de contas. Como o Sistema Conselhos de Psicologia constitui em seu conjunto uma Autarquia Federal, é fiscalizado e auditado pelo TCU. Após explanações, Monalisa explicou então, que com a obrigatoriedade do envio do Relatório de Gestão ao TCU, entende-se como necessário o treinamento dos técnicos e contadores dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia bem como apresentar de forma objetiva as orientações pertinentes aos Gestores sobre as obrigatoriedades, responsabilidades e penalidades em relação às determinações constantes das Legislações do TCU. Apresentou então, a proposta elaborada na reunião de tesoureiros, ocorrida no dia anterior, de um treinamento, custeado pela conta divulgação 2, como um projeto

unificado do Sistema, tendo em vista que é obrigatoriedade de todos os Regionais cumprirem as normas do TCU e que de acordo com a Lei 5.766/71, o responsável pelas contas de qualquer CRP são os gestores do CFP. Monalisa explicou que o objetivo do projeto é produzir a capacitação dos CRPs e dos gestores, com relação às novas normas do TCU e apresentou o projeto conforme segue: Ações sugeridas – a) atualização do manual de procedimentos administrativos, financeiros e contábeis do Sistema Conselhos de Psicologia adequando as normas, as legislações atuais em todos os tópicos abordados no referido manual; b) treinamento aos contadores, as contadoras do Sistema Conselhos de Psicologia de forma a capacitá-los e orientá-los quanto aos documentos obrigatórios, formas de padronização e prazos de entrega ao CFP e TCU do relatório de gestão; c) seminários às conselheiras, e aos conselheiros, tesoureiras, tesoureiros do Sistema Conselho de Psicologia com o objetivo de esclarecer e orientar quanto às responsabilidades, obrigatoriedades e penalidades aos gestores públicos inerentes as exigências do Tribunal de Contas da União e princípios constitucionais. Monalisa apresentou também o cronograma explicando que o relatório precisaria ser atualizado até 31 de janeiro de 2014, o treinamento aos contadores deveria acontecer na primeira quinzena de fevereiro de 2014 e os seminários aos conselheiros no mês de março de 2014. Apresentou ainda, um levantamento de custos previstos: o treinamento dos técnicos teria a duração de dois dias, com um custo aproximado de R\$ 63.300,00, gastos com passagens, hospedagens, diárias e locação de equipamentos. E o seminário com os tesoureiros também seria de dois dias, com 25 participantes e também com o custo previsto de R\$ 63.300,00. Então, a proposta dos tesoureiros é que no orçamento da conta divulgação 2, que é o Fundo de Ações da Autarquia, seja incluído a provisão para a execução desse projeto no ano de 2014, totalizando o valor de R\$ 136.600,00. Aberto as discussões foram sugeridas a participação também dos presidentes dos CRPs, junto aos tesoureiros e que além dos técnicos, houvesse também a flexibilização, por conta de cada regional, da participação dos contadores ou coordenador geral ou outro profissional da área financeira previamente definidos por cada CRP e com os custos arcados pelos CRPs. Houve também o questionamento sobre quem daria esse curso de capacitação. A delegada do CFP Monalisa Barros informou que o CFP possui uma coordenação administrativa financeira que já fez a capacitação no TCU e será a coordenação responsável por orientar os CRPs. Após considerações e sugestões de funcionamento e organização do treinamento e do seminário, definiram os seguintes encaminhamentos: 1. Incluir os presidentes no seminário de treinamento de tesoureiros custeados pela Conta Divulgação; 2. Facultar aos CRPs incluir outro profissional da área financeira no treinamento dos técnicos custeado por cada CRP; 3. Aproximar as datas dos treinamentos de tesoureiros e técnicos para que haja um dia comum. A quantidade de dias do treinamento fica a cargo do planejamento do encontro. Os encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. O ponto foi encerrado e passou-se à discussão do ponto seguinte. **2.6. CRIAÇÃO DE GT PARA CRIAÇÃO DE POLÍTICA DE ARRECADAÇÃO NO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA** – Não houve alteração nas delegações. A delegada do CFP Monalisa Barros explicou que na reunião de tesoureiros, ocorrida no dia anterior, discutiram sobre a necessidade de criar um sistema de arrecadação do Sistema Conselhos, portanto, trouxeram a sugestão de criar um grupo de trabalho - GT, que terá como responsabilidade a construção de uma proposta de política de arrecadação no Sistema Conselhos de Psicologia, a ser apresentado na APAF de maio de 2014 e que, se aprovado por essa APAF, essa política possa ser implantada em todo o Sistema. O delegado do CFP Aluizio Brito explicou que geralmente os GTs são compostos por no máximo cinco CRPs, com a coordenação do CFP e abriu para discussões e para que os

regionais que se interessarem em fazer parte do GT se candidatassem. Não houve questionamentos e posta em votação a criação do GT foi aprovada por unanimidade. O GT será composto pelos CRPs 04, 05, 09, 10, 14 e o CFP e terá o objetivo de apresentar uma política de arrecadação para o Sistema Conselhos de Psicologia na APAF de maio de 2014. A conselheira do CRP-09, Gerley Lopes, lembrou que na reunião de tesoureiros falaram sobre a questão da cobrança de multa eleitoral e as dívidas prescritas, orientando os Regionais sobre a facultação de cobrança da multa eleitoral e no caso das dívidas ativas aos CRPs, e orientação aos CRs para que as retirem do passivo. A delegada do CFP Monalisa Barros informou que foi definido na reunião de tesoureiros que o CFP irá encaminhar um ofício orientativo sobre esses casos, de multa eleitoral e dívida ativa aos CRPs. Encerrado o ponto, deram continuidade as discussões.

2.7 - INFORME - SUGESTÃO DE CRIAÇÃO DO SETOR DE COBRANÇA NOS CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA

– Não houve alteração nas delegações. A delegada do CFP Monalisa Barros informou que na reunião de tesoureiros, realizada no dia anterior discutiram ainda sobre a arrecadação dos CRPs e CFP, e após uma breve análise surgiu a recomendação de que cada Regional criasse um setor de cobrança, em seu regional, que ficaria responsável por fazer o levantamento e contato direto com os psicólogos inadimplentes. Nesse momento, foi dado o intervalo para o almoço às treze horas. A Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) retornou às catorze horas e cinquenta e seis minutos. O presidente da mesa, Aluizio Brito, informou que como havia muitos pontos importantes a serem discutidos na pauta deste dia, seria conduzida uma rodada de cinco inscrições por ponto e cada pessoa teria três minutos para se pronunciar. Caso o plenário não se sentisse esclarecido, será aberta mais uma rodada para debates. Em seguida, conferiu a delegação para o primeiro ponto.

3. ELEIÇÕES 2013 - Participaram do ponto: CFP:

Aluizio Lopes de Brito, Monalisa Nascimento dos Santos Barros e Deise Maria do Nascimento; CRP-01: Cynthia Rejane Correa Araujo Ciarallo e Sueli Francisca Vieira; CRP-02: José Hermes de Azevedo Junior e Murilo Tolêdo Calafange; CRP-03: Clarissa Paranhos Guedes e Liliane Alves da Luz Teles; CRP-04: Ricardo Figueiredo Moretzsohn, Marília de Oliveira e Roberto Chateaubriand Domingues; CRP-05: José Novaes, Alexandre Trzan Ávila e Jane Calhau Mourão; CRP-06: Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Adriana Eiko Matsumoto e Elisa Zaneratto Rosa; CRP-07: Alexandra Maria Campelo Ximendes, Zuleika Kohler Gonzales e Lígia Hecker Ferreira; CRP-08: Guilherme Bertassoni da Silva, Cléia Oliveira Cunha e Maria Stella Aguiar Ribeiro; CRP-09: Wadson Arantes Gama e Sandra Valéria Nogueira Alves Silva; CRP-10: José Maria de Abreu Mattos Neto; CRP-11: Elton Alves Gurgel e Luana Leão Cunha; CRP-12: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Fabricio Antonio Raupp; CRP-13: Ana Sandra Fernandes e Helga Hofmann; CRP-14: Norma Celiane Cosmo; CRP-15: José Felix Vilanova Barros e Nilo Rosalvo Calheiros Borba; CRP-16: Hildicéia dos Santos Affonso; CRP-17: Rodrigo Costa de Oliveira; CRP-18: Luiz Guilherme Araujo Gomes; CRP-19: Adriano Ferreira Barros; CRP-20: Ilmar Costa Lima e Gibson Alves dos Santos; CRP-21: Palônia Andrade Arrais; CRP-22: Nelma Pereira da Silva; CRP-23: Tássio de Oliveira Soares. O delegado do CFP Aluizio Brito deu início à discussão, informando que teriam a participação da convidada Nanci Soares, que atuou como presidente da Comissão Especial Eleitoral, cuidando da Consulta Nacional para o CFP, para apresentar o ponto em parceria com a delegada do CFP Deise Maria do Nascimento, que atuou como presidente da Comissão Eleitoral Regular - CER, que é a comissão que cuida das eleições dos Regionais. Aluizio passou então a palavra para a delegada Deise Nascimento para a apresentação do ponto. A delegada Deise Nascimento explicou que a proposta ao trazer esse ponto para a APAF era justamente

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

501 explanou que foi feita a notícia crime em relação a essa suposta tentativa de fraude, com
502 base no primeiro relatório emitido pela empresa OAK, que é a empresa responsável pelo
503 software das eleições. Passadas as eleições foi confeccionado um novo relatório dessa
504 mesma empresa e ela fez uma nova varredura para verificar se houve outras tentativas
505 além daquelas que já tinham sido detectadas. Informou que foi então feito um outro
506 peticionamento juntando a esse segundo relatório, um relatório mais completo. Explicou
507 que essa investigação na Polícia Federal leva um tempo e que o CFP continuará
508 acompanhando os andamentos, porém, ainda não há um resultado efetivo dessas
509 investigações. A delegada do CRP-12 Jaira Terezinha disse que gostaria de trazer para o
510 debate a questão do voto obrigatório, pois acha que a APAF precisa pensar sobre como
511 tornar o voto facultativo, por ser um avanço no processo democrático. Disse também
512 que é preciso considerar a multa de R\$0,01 aplicada, que desvaloriza o processo da
513 eleição, desprestigia quem votou e desencadeia um desgaste político e administrativo e
514 sugeriu a revisão no valor da multa, para que se cubra, pelo menos, os custos
515 provenientes dela. A delegada do CRP-06 Elisa Zaneratto explicou que discutiram, no
516 CRP-06, sobre as informações contidas nos relatórios e que entenderam que todas as
517 medidas possíveis foram tomadas, que está claramente caracterizado que isso não trouxe
518 prejuízos ao processo eleitoral, do ponto de vista de não interferir no resultado final da
519 eleição, porém, asseverou que a gravidade da situação indicou que não podem parar o
520 processo por aí, é preciso dar continuidade. Explicou que é preciso que a APAF faça
521 uma análise completa de como ocorreu essa eleição via internet, analisando os
522 resultados, do ponto de vista do que era esperado e do que conseguiram, do ponto de
523 vista qualitativo e quantitativo dos dados, e analisar também, a margem de risco das
524 eleições. Elisa destacou ainda, que seguindo o princípio da transparência, do direito à
525 informação, é necessário dar visibilidade à situação ocorrida, levando ao conhecimento
526 da categoria, como forma de fazer cessar, de interromper esta violação, sempre
527 deixando claro que essa ocorrência não interferiu no resultado final das eleições. A
528 delegada Deise Nascimento esclareceu que para alterar o sistema de eleição sem a
529 obrigatoriedade do voto, seria necessário alterar a Lei 5.766/71, e essa mudança
530 somente pode ser feita por meio de um projeto de lei votado e aprovado pelo Congresso
531 Nacional, para transmutar o voto de obrigatório para facultativo. Após amplo debate
532 sobre o elevado índice de abstenções, a queda na arrecadação anterior à eleição, a
533 publicização da ocorrência lesiva ao processo eleitoral, a segurança no processo
534 eleitoral via internet e uma avaliação geral do processo, surgiram os seguintes
535 encaminhamentos: 1- O CFP deverá realizar uma pesquisa não restrita aos votantes pela
536 internet com o objetivo de coletar a opinião da categoria sobre o pleito pela internet. 2 -
537 Criação de um GT com as seguintes tarefas: a) Reavaliar o processo eleitoral pela
538 internet (discutir os mecanismos de segurança e acessibilidade); b) Apresentar uma
539 proposta de sistema eleitoral para APAF; c) Estudar quais foram as perspectivas e os
540 resultados alcançados (número de abstenções, aumento de psicólogos votantes por
541 regiões mais distantes, entre outros) com as eleições online para analisar a permanência
542 ou não do processo eleitoral pela internet; d) Utilizar os estudos feitos pelo CFP por
543 meio da pesquisa para qualificar a sua análise do processo eleitoral; e) Considerar os
544 relatórios dos GTs anteriores, as atas das APAFs que discutiram o processo eleitoral
545 (aprovaram regimento eleitoral, votação por internet) e outros documentos produzidos e
546 relativos às eleições. A constituição do GT foi aprovado por unanimidade e será
547 composto pelos CRPs 01, 02, 05, 06, 09 e 20 e coordenado pelo CFP. Continuando o
548 debate, após amplo debate, a plenária definiu ainda, colocar o relatório das eleições do
549 Sistema Conselhos no Portal da Transparência do CFP, resguardando os nomes
550 apontados no relatório emitido pelas empresas OAK e Maciel e entregues à Polícia

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like Deise, Jaira, Elisa, and others.]

[Handwritten signatures and initials on the left margin, including names like Deise, Jaira, and others.]

Federal para investigação. Em tempo, foi sugerida a elaboração de uma nota, construída pelo Sistema Conselhos, com posicionamento político e ético sobre o processo eleitoral, resguardando as pessoas envolvidas, porém, garantindo esclarecimentos dos fatos a categoria. A nota deverá ter os seguintes aspectos: ser esclarecedora, não acusatória e deixar claro que a ocorrência está sendo investigada pela Polícia Federal a partir dos dados apontados em relatório. A feitura da nota foi aprovada pela maioria, tendo os CRPs 07, 08, 09, 11 e 15 declarado voto contrário à nota. A delegada do CFP Deise Nascimento destacou que a Comissão Eleitoral Especial já havia se dissolvido após as eleições, e a Comissão Eleitoral Especial estava realizando seu último ato hoje, homologando as eleições do CFP, portanto, a publicização dos relatórios e da nota seria de responsabilidade do CFP. O ponto foi encerrado e passou-se a debater sobre o ponto subsequente. **4. LEI 5766/71 QUE CRIA O CONSELHO FEDERAL E OS CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS** - Participaram do ponto: CFP: Aluizio Lopes de Brito, Monalisa Nascimento dos Santos Barros e Sandra Maria Francisco de Amorim; CRP-01: Cynthia Rejane Correa Araujo Ciarallo e Sueli Francisca Vieira; CRP-02: José Hermes de Azevedo Junior e Murilo Tolêdo Calafange; CRP-03: Clarissa Paranhos Guedes e Liliane Alves da Luz Teles; CRP-04: Ricardo Figueiredo Moretzsohn, Marília de Oliveira e Roberto Chateaubriand Domingues; CRP-05: José Novaes, Alexandre Trzan Ávila e Maria da Conceição Nascimento; CRP-06: Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Adriana Eiko Matsumoto e Elisa Zaneratto Rosa; CRP-07: Alexandra Maria Campelo Ximendes, Cristiane Bens Pegoraro e Lígia Hecker Ferreira; CRP-08: Guilherme Bertassoni da Silva, Liliane Ocalxuk e Rosangela Maria Martins; CRP-09: Gerley Lopes Cardoso e Sandra Valéria Nogueira Alves Silva; CRP-10: José Maria de Abreu Mattos Neto; CRP-11: Elton Alves Gurgel e Luana Leão Cunha; CRP-12: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Fabricio Antonio Raupp; CRP-13: Ana Sandra Fernandes e Helga Hofmann; CRP-14: Norma Celiane Cosmo; CRP-15: José Felix Vilanova Barros e Nilo Rosalvo Calheiros Borba; CRP-16: Hildicéia dos Santos Affonso; CRP-17: Rodrigo Costa de Oliveira; CRP-18: Luiz Guilherme Araujo Gomes; CRP-19: Adriano Ferreira Barros; CRP-20: Ilmar Costa Lima e Gibson Alves dos Santos; CRP-21: Palônia Andrade Arrais; CRP-22: Nelma Pereira da Silva; CRP-23: Tássio de Oliveira Soares. O delegado do CFP Aluizio Brito informou que a delegada do CRP-05 que compunha a mesa diretora da APAF, Jane Calhau Mourão, estava se retirando da mesa e solicitou a substituição pela delegada também do CRP-05 Maria da Conceição Nascimento. Aluizio iniciou a apresentação do ponto explicando que havia três encaminhamentos advindos da reunião de presidentes ocorrida no dia anterior, porém, iria inicialmente fazer um breve histórico da discussão do ponto. Informou que o projeto, nasceu no intervalo de outubro de 2008 a maio de 2009, onde realizaram seminários regionais em todos os CRs denominado "Democratização do Sistema Conselho de Psicologia, mudança da Lei 5766", com uma grande discussão que culminou num seminário nacional. Disse que o resultado desse seminário foi apresentado na APAF de dezembro de 2012 e os presidentes dos Conselhos Regionais apreciaram o documento que se transformou num projeto de lei que levaria ao Congresso Nacional a proposta de alteração da Lei 5766. Explanou que um dos encaminhamentos do seminário era que o Federal deveria fazer interlocução com o Governo Federal, já que havia uma sinalização por parte do Governo Federal conhecendo as ações do Sistema Conselhos, no sentido de avaliar a democracia instalada no Sistema Conselhos e servindo já de modelo para muitos outros Conselhos de profissão. E aí esse projeto de lei foi incorporado, digamos assim, amparado pela Casa Civil da Presidência da República e ele foi apresentado via Casa Civil. Portanto,

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures at the bottom left]

[Handwritten signatures and initials at the bottom right]

explicou Aluizio, o próprio Governo apresentando o projeto de lei, mandando ele ao Congresso. Disse que na interlocução com a Casa Civil surgiu uma orientação de que não era prudente alterar tudo na lei, porque estariam abrindo toda a estrutura do Conselho Regional e Federal para o Congresso deliberar. E a orientação foi que mudasse somente os artigos que garantem hoje a estrutura democrática vivida nos Conselhos. Ou seja, a estrutura da APAF, a estrutura das eleições diretas, a estrutura do Congresso Nacional de Psicologia - CNP, então esses três grandes eixos e mais o voto facultativo. Aluizio explanou que na APAF de 2012 presidentes dos CRPs, assinaram um documento referendando o projeto de lei que seria enviado ao Deputado Federal Sebastião Bala Rocha do PDT do Amapá, que recebeu o PL na Comissão de Seguridade e Família. Disse que na época o referido deputado era o Presidente da comissão e puxou para si a relatoria do projeto, pois foi abertamente demonstrado a ele que havia um consenso quase unânime do Sistema Conselhos de Psicologia, sinalizando que faria um parecer favorável para ser apresentado no Congresso. No entanto, como houve a demora na apresentação da Comissão, foram informados de que o deputado alegou que recebeu um grupo de psicólogos em seu gabinete, que se colocavam contrários ao projeto, portanto, ele não iria apresentar o relatório dele antes de finalizar o processo eleitoral do CFP. Aluizio informou que o relatório está pronto, segundo o deputado, com parecer favorável e não foi apresentado ainda. O deputado continua sendo o relator do projeto, porém, não é o presidente da Comissão. Diante desse histórico, Aluizio informou que a reunião de presidentes apontou três encaminhamentos para a aprovação da APAF: 1 - Construir um documento explicando o que é o CNP e a sua decisão pela mudança da lei 5766-71 e entregar ao deputado relator assinado por todos os CRPs; 2 - A APAF indica à nova gestão do CFP a realização de uma reunião com o relator do PL, buscando assegurar que as deliberações do último CNP se realizem; 3 - Fazer uma comitiva dos CRPs 01, 03, 04, 06, 09 e 14 com a nova direção do CFP para ir a uma reunião com o relator do PL ainda em 2013 com objetivo de informá-lo sobre o consenso do Sistema Conselhos em relação à mudança da lei. A gestão do CFP que estiver vigente convidará a outra gestão. Não houve debates após a apresentação das propostas e postas em votação foram aprovadas por unanimidade. Encerrado o ponto, passaram a apresentar a Homologação da Consulta Nacional pela Assembleia dos Delegados.

5. HOMOLOGAÇÃO DA CONSULTA NACIONAL PELA ASSEMBLEIA DOS DELEGADOS – Participaram do ponto: CFP: Aluizio Lopes de Brito, Monalisa Nascimento dos Santos Barros e Deise Maria do Nascimento; CRP-01: Cynthia Rejane Correa Araujo Ciarallo e Sueli Francisca Vieira; CRP-02: José Hermes de Azevedo Júnior e Murilo Tolêdo Calafange; CRP-03: Clarissa Paranhos Guedes e Liliane Alves da Luz Teles; CRP-04: Ricardo Figueiredo Moretzsohn, Marília de Oliveira e Roberto Chateaubriand Domingues; CRP-05: José Novaes, Alexandre Trzan Ávila e Maria da Conceição Nascimento; CRP-06: Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Adriana Eiko Matsumoto e Elisa Zaneratto Rosa; CRP-07: Alexandra Maria Campelo Ximendes, Zuleika Kohler Gonzales e Lígia Hecker Ferreira; CRP-08: Guilherme Bertassoni da Silva, Cleia Oliveira Cunha e Maria Stella Aguiar Ribeiro; CRP-09: Gerley Lopes Cardoso e Sandra Valéria Nogueira Alves Silva; CRP-10: José Maria de Abreu Mattos Neto; CRP-11: Elton Alves Gurgel e Luana Leão Cunha; CRP-12: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues e Fabricio Antonio Raupp; CRP-13: Ana Sandra Fernandes e Helga Hofmann; CRP-14: Norma Celiane Cosmo; CRP-15: José Felix Vilanova Barros e Nilo Rosalvo Calheiros Borba; CRP-16: Hildicéia dos Santos Affonso; CRP-17: Rodrigo Costa de Oliveira; CRP-18: Luiz Guilherme Araujo Gomes; CRP-19: Adriano Ferreira Barros; CRP-20: Magaly Silva de Oliveira; CRP-21: Palônia Andrade Arrais; CRP-22: Nelma Pereira da Silva; CRP-23: Tássio de Oliveira Soares. O delegado do CFP Aluizio

[Handwritten initials and marks on the left margin]

[Handwritten signatures and notes on the right margin]



653 Brito passou a palavra à Presidente da Comissão Especial Eleitoral Nanci Soares de
 654 Carvalho, para que fosse realizado o último ato desta comissão, homologando a Eleição
 655 do Sistema Conselhos de Psicologia para a gestão de 20 de dezembro de 2013 a 20 de
 656 dezembro de 2016. Nanci Soares iniciou nesse momento a homologação da chapa
 657 vencedora do último pleito, "Fortalecer a Profissão", liderada por Marisa Monteiro
 658 Borges, onde foram contabilizados 27.875 votos. Tendo sido concorrentes a Chapa
 659 "Cuidar da Profissão", encabeçada pela Psicóloga Carla Bianca Angelucci,
 660 contabilizando 25.036 votos, e também a Chapa "Renovação, Compromisso com a
 661 Profissão", encabeçada pela Psicóloga Carla Manzzi Pereira-Baracat, que contabilizou
 662 19.558 votos. Nanci destacou que após a assinatura pelos delegados representantes nesta
 663 APAF, a Comissão dá por encerrado o ato neste processo eleitoral. Desejou a todos que
 664 começam esse pleito, um bom trabalho, energia, disposição, coragem e a todos que já
 665 foram empossados em seus Regionais, parabéns. Aluizio explicou que como esse ponto
 666 não seria para discussão, ou seja, seria somente o ato da homologação da eleição,
 667 colocou em votação a homologação da consulta nacional pelos delegados da APAF, que
 668 foi aprovada por unanimidade. Encerrada a homologação, passaram a discutir sobre o
 669 Ato médico. **6. ATO MÉDICO** – Não houve alteração nas delegações. O delegado do
 670 CFP Aluizio Brito contextualizou o histórico sobre o novo projeto do ato médico e da
 671 forma como ele foi pautado para discussão na Comissão de Seguridade e Família.
 672 Informou que no dia da votação do projeto original do ato médico, o qual houve o veto
 673 do projeto, enquanto estava acontecendo o veto eram realizadas intensas reuniões no
 674 Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde - FCFAS, reunião com o governo,
 675 relator, oposição, a fim de construir a manutenção do veto. Assim chegou ao
 676 entendimento de que o veto seria mantido, porém houve um boato de que os conselhos
 677 de saúde haviam feito um acordo com o governo no sentido de que o governo levaria
 678 um projeto de lei alternativo à questão. Porém o projeto de lei alternativo é o mesmo do
 679 projeto vetado, com um adendo a fim de resguardar o SUS do ato médico. Explicou que
 680 da forma como ele foi apresentado pelo Governo, caminha em duas Comissões, uma da
 681 seguridade e família que discute o mérito, e sendo aprovado na Seguridade e Família ele
 682 vai então para a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, que não analisa o mérito,
 683 mas a constitucionalidade dele. E, em seguida ele vai para o Senado, e também só
 684 tramita em duas Comissões. Portanto, explanou Aluizio, passando nessas duas
 685 Comissões, que são as mesmas, Seguridade e Família e Constituição e Justiça, ambas do
 686 Senado, ele vai direto para aprovação. Após explanação, Aluizio falou sobre o conjunto
 687 de ações definidas na reunião de presidentes, ocorrida no dia anterior, que era: a)
 688 reconfigurar o material gráfico utilizado na primeira campanha contra o ato médico,
 689 para nova divulgação; b) atualizar o site do ato médico, relatando todo o histórico e
 690 perspectivas do andamento do novo PL; c) colocar no hotsite a lista dos deputados e
 691 Comissões e seus respectivos estados, para os CRPs se reunirem com eles. d) pensar em
 692 estratégias para aproveitar o período eleitoral e realizar uma campanha contra o novo
 693 PL do ato médico, denunciando que ele reflete um acordo com apenas uma categoria da
 694 saúde e não com todas; e) que o CFP solicite discussão desse projeto no Fórum das
 695 Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde - FENTAS e no Conselho
 696 Nacional de Saúde - CNS; e; f) que o CFP mantenha-se na Frente dos Conselhos
 697 Profissionais da Área da Saúde - FCPAS liderando a mobilização; g) que o CFP e CRPs
 698 se unam para fazer uma reunião com o deputado Florisvaldo Fier, conhecido como
 699 dr. Rosinha, antes do recesso parlamentar, que se iniciará no dia 22 de dezembro 2013.
 700 Aluizio abriu o ponto para discussões. A delegada do CRP-13 Ana Sandra questionou
 se haveria a possibilidade de algum deputado pedir vistas do processo, com o intuito de
 que ele fosse retirado da pauta. O assessor parlamentar do CFP Olmar Klich informou

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

que quatro parlamentares, membros da Comissão se comprometeram a pedir vistas, e aí somente será discutido e votado na próxima reunião, que só ocorrerá em fevereiro de 2014. Explicou ainda, que em 2014 se inicia todo o processo novamente, pois é necessário eleger um novo presidente da Comissão, deve ser designado um novo relator para a matéria; que pode mudar e refazer tudo o que o Nazareno havia feito. Olmar informou que os quatro deputados que se comprometeram a pedir vistas eram: a deputada Cida Borghetti, do PROS do Paraná, o deputado Roberto de Lucena, do PV de São Paulo, a deputada e psicóloga Marília Gabrilli, do PSDB de São Paulo e a deputada Jô Moraes do PC do B de Minas Gerais. De posse dessas informações, os CRPs se comprometeram a contatar seus deputados representantes para ratificar a solicitação de pedido de vistas. A delegada do CRP-01 Cynthia Ciarallo informou que convidaram os Conselhos Regionais da área de saúde do DF para uma reunião dia 17/12/13 à noite, para organizarem uma mobilização para irem à reunião da Comissão, na quarta-feira, dia 18/12/13, às 09h30. O delegado Aluizio Brito destacou a importância da agilidade nas ações ali citadas. A delegada do CRP-06 Elisa Zaneratto disse que gostaria de destacar que o argumento deste Sistema Conselhos é sempre no sentido de que: "nós ampliamos a presença da psicologia, nós garantimos a atuação da psicologia na saúde na medida em que nós defendemos essa perspectiva de atenção à saúde conquistada pelo processo de implementação do SUS e da reforma sanitária, etc". Então, disse Elisa, esses devem ser os princípios que devemos reafirmar na lista de argumentação durante toda essa nova etapa de defesa, de luta contra o ato médico. A delegada do CRP-13 Ana Sandra sugeriu que os CRPs coloquem em seus boletins, em seus sites, toda essa discussão, pois alguns psicólogos ainda não entenderam o que aconteceu com o ato médico. Eles acham que é uma pauta antiga e vencida. O delegado Aluizio Brito confirmou os encaminhamentos conforme segue: a) Reconfigurar o material gráfico utilizado na primeira campanha contra o Ato Médico para nova divulgação; b) Atualizar o site do Ato Médico relatando todo o histórico e perspectivas do andamento do novo PL; c) Colocar no hotsite a lista dos deputados e comissões e seus respectivos estados para os CRPs se reunirem com eles; d) Pensar estratégias para aproveitar o período eleitoral e realizar uma campanha contra o novo PL do Ato Médico, denunciando que ele reflete um acordo com apenas uma categoria da saúde e não com todas; e) Que o CFP solicite discussão desse ponto no FENTAS e CNS; f) O CRP 08 fará contato com o deputado Rosinha (PT/PR) e com a deputada Cida Borghetti (PROS/PR); g) O CRP 01 mobilizará psicólogos e/ou estudantes do DF para audiência no dia 18/12/13; h) O CRP 14 retomará as mobilizações realizadas no primeiro pleito contra o Ato Médico; i) Que o CFP mantenha-se no FCPAS liderando a mobilização; j) Unir esforços com outras profissões de saúde e manter os argumentos pela defesa do SUS; k) O CRP 09 fará contato com os deputados Iris de Araújo (PMDB/GO) e João Campos (PSDB/GO); l) Que o CFP e os CRPs se unam para fazer uma reunião com o deputado Rosinha (PT/PR) antes do recesso parlamentar que se iniciará em 22 de dezembro de 2013; m) Colocar nos boletins dos CRPs um histórico sobre o Ato Médico com o objetivo de esclarecer os psicólogos e atual conjuntura. Após leitura e confirmação os encaminhamentos foram postos em votação e aprovados por unanimidade. Encerrado o ponto e as discussões do dia, o plenário definiu que no dia seguinte a APAF se iniciará às 09:00h. Assim, o delegado Aluizio Brito encerrou os trabalhos da primeira sessão da APAF às 18 horas. Nada mais havendo a tratar, eu, Deise Maria do Nascimento, Secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

Brasília, 15 de dezembro de 2013.

Deise Maria do Nascimento
Aluizio Brito
Elisa Zaneratto
Ana Sandra
Cynthia Ciarallo
Roberto de Lucena
Cida Borghetti
Jô Moraes
Maria de Lourdes
Deise Maria do Nascimento

Andrae
Aluizio Brito
Elisa Zaneratto
Ana Sandra
Cynthia Ciarallo
Roberto de Lucena
Cida Borghetti
Jô Moraes
Maria de Lourdes
Deise Maria do Nascimento

Paulo Roberto Guedes

João Roberto de Almeida

Adilson de Azevedo

Paulo Roberto Guedes

Manoel de Almeida

Manoel de Almeida

Manoel de Almeida

Paulo Roberto Guedes

Manoel de Almeida

Manoel de Almeida

Paulo Roberto Guedes

Manoel de Almeida

Manoel de Almeida